

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO DE UMA EMPRESA DA BOLSA DE VALORES BM&F BOVESPA

ANALYSIS OF THE LIQUIDITY SITUATION AND INDEBTEDNESS OF A STOCK EXCHANGE BM & F BOVESPA COMPANY

Geovane Camilo Santos¹

RESUMO: A presente pesquisa possui o objetivo de apresentar os indicadores de liquidez e endividamento da empresa Renar Maçãs S/A no período de 2008 a 2013, listada no segmento de agropecuária nas empresas da BM&F BOVESPA. O trabalho se justifica em que os indicadores tornam mais fácil a compreensão dos dados dos Balanços Patrimoniais para os estudantes e para os investidores. A metodologia adotada no trabalho é caracterizada por bibliográfica, documental, quantitativa e o estudo de caso. Os valores dos balanços patrimoniais foram atualizados pelo Índice Geral de Preço Médio (IGPM), pois o valor do dinheiro de anos atrás não é o mesmo que hoje, foram atualizados também as contas do balanço para adequar as normas internacionais de contabilidade. Os resultados são apresentados nas tabelas de 1 a 9, e é possível verificar que a situação financeira da empresa é boa, devido principalmente, ao índice de liquidez geral que apresenta valores satisfatórios, entretanto, é fundamental acompanhar as situações de curto prazo da entidade, pois seus indicadores foram pequenos. E os indicadores de endividamento mostram que a empresa recorreu a recursos de terceiros por causa da crise financeira de 2008.

Palavras-chave: Bolsa de Valores. Balanço Patrimonial. Indicadores de liquidez e endividamento.

¹ Centro Universitário de Patos de Minas.

Abstract: This research has the objective of presenting the indicators of liquidity and indebtedness of the Company Renar S / A for the period 2008 to 2013 listed in the agricultural sector in companies of BM & F BOVESPA. The work justifies itself in that indicators make it easier to understanding the Balance Sheets data for students and for investors. The methodology adopted in this paper is characterized by bibliographic, documented, and quantitative case study. The values of the balance sheets were updated by the General Price Index Average (GPIA), because money value years ago was not the same as today, the balance sheet accounts were also updated to conform to international accounting standards. The results are presented in Tables 1-9, and you can check the company's financial situation is good, due mostly to the general liquidity index which shows satisfactory values, however, it is essential to monitor the short-term situations of the entity, because their indicators were low. And the indebtedness indicators show that the company resorted to third-party resources because of the 2008 financial crisis.

Keywords: Stock Exchange. Balance Sheet. Liquidity Indicators and Indebtedness.

1 INTRODUÇÃO

A ciência contábil ao longo de sua existência passou por várias mudanças, primeiramente foi à transformação dos desenhos em escrita, após a criação das partidas dobradas, no século XV, pelo frei franciscano Luca Pacioli.

Os fatores do direito tornaram-se fundamentais, devido, principalmente, a grande quantidade de leis para reger a profissão e a implantação da tecnologia para auxiliar os profissionais.

No século passado as leis se tornaram mais abundantes, entre estas destaca-se a lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Segundo Augusto e Oliveira (2009) com o advento da globalização a economia se fortalece ao longo dos anos, com tendência a ser um único mercado.

Logo, é imprescindível a criação de um sistema de informação contábil que harmonize as práticas contábeis, de acordo com as necessidades dos usuários.

Mesmo com as mudanças que a ciência contábil sofre, devido, a decorrência de uniformização dos mercados, a principal função da Contabilidade é “prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões”. (IUDÍCIBUS, 2007, p. 20).

O Brasil passa pelo processo de harmonização internacional da Contabilidade. O objetivo é tornar a Contabilidade uma linguagem única, sendo assim, esta ciência será compreendida por todos os usuários no mundo inteiro.

O século atual trouxe de forma especial duas leis que alteraram a Lei 6.404/76 são elas: Lei 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76 e a Lei 11.941/09 que altera a legislação tributária federal no que tange aos parcelamentos.

As referidas leis trouxeram diversas mudanças nas estruturas das demonstrações contábeis, principalmente, no Balanço Patrimonial, entre elas destacam-se: a extinção do grupo Ativo Permanente, que passa a ser chamado de Ativo Não Circulante; as contas do Ativo Imobilizado: marcas, patentes, concessões, direitos autorais e não autorais são classificadas no Ativo Intangível. (BRASIL, 2007).

As depreciações sofreram alterações, pois na prática contábil aplicar-se-á os valores estimados pela Receita Federal do Brasil (RFB), entretanto, as empresas podem estimar a vida útil dos bens para apresentar aos acionistas como Contabilidade Gerencial (BRASIL, 2007).

No passivo, da mesma forma, houve alterações, com a incorporação dos grupos Passivo Exigível a Longo Prazo e Resultados do Exercício Futuros, no grupo Passivo Não Circulante. O subgrupo Lucros Acumulados passou a ser usado como conta transitória. (BRASIL, 2009).

Com as alterações o Patrimônio Líquido ficou dividido em: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados (BRASIL, 2009).

A aplicação do valor justo é obrigatória para todos os ativos de longo prazo, e aos pertencentes ao Ativo Circulante, apenas se o valor for relevante (BRASIL, 2007, BRASIL, 2009).

Outras modificações foram: fim do Ativo Diferido, atualização a valor presente, pelo teste de *impairment* ou recuperabilidade dos ativos. (BRASIL, 2009). Este teste possui a finalidade de “verificar se os ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis não estão evidenciados a um valor superior aos benefícios que irão proporcionar à entidade.” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 10).

No caso de análise como é o foco do presente trabalho necessita-se antes de fazer os cálculos realizar a transferência dos valores, presente na conta Diferido para o Patrimônio Líquido, como redutora e da conta redutora Duplicatas Descontadas do ativo para aumentar o passivo. (BRASIL 2009).

Dentro do contexto antes mencionado a presente pesquisa visa apresentar os indicadores de Balanço Patrimonial, com a finalidade de verificar a situação de liquidez e endividamento da empresa Renar Maças S.A, listada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F BOVESPA).

Os indicadores serão utilizados para substituir os valores presentes nos balanços da empresa, uma vez que os indicadores apresentam de forma mais clara a situação que a empresa se encontra no momento da criação do balanço.

O objetivo geral do estudo é analisar por meio dos indicadores de liquidez e endividamentos a situação da empresa Renar Maças S.A por meio do Balanço Patrimonial dos anos de 2008 a 2013, apresentada na Bolsa de Valores BM&F BOVESPA.

O presente trabalho se justifica pelo fato dos indicadores permitirem que a situação da empresa seja compreendida de forma mais clara, uma vez que não será necessária a apresentação de valores do Balanço Patrimonial e também que é mais fácil, principalmente, aos estudantes, pois muitas vezes, eles não têm, ainda, tanta facilidade para entender os valores nas demonstrações e o índice torna mais claro o entendimento dos valores.

Aos investidores, pois com tantos negócios não é possível eles ficarem avaliando vários valores, e se a avaliação for apenas dos indicadores será mais fácil tomar as decisões em qual empresa investir.

Logo o presente trabalho partirá da seguinte premissa: qual a situação de liquidez e de endividamento da empresa Renar Maçãs S/A no período compreendido entre 2008 a 2013?

O presente trabalho é estruturado em cinco partes, em que a primeira é a presente introdução, a próxima é o referencial teórico, a seguinte a metodologia, a quarta os resultados e por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade é uma das ciências exatas mais antigas que se tem conhecimento. A ciência contábil é anterior à vinda de Jesus Cristo, por exemplo, na dinastia de Shang (República da China) que data por volta de 1.600 anos antes de Cristo; na Índia em aproximadamente 2.300 anos antes da vinda do Salvador. O exemplo mais claro da civilização na antiguidade são as maravilhosas Pirâmides do Egito que possuem origem de aproximadamente 4.000 anos antes de Jesus Cristo (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 1999; FAVERO *et al*, 2006).

A linguagem da ciência contábil é o débito e crédito, e segundo Sá (2012) ela surgiu a mais de 5.000 anos, quando eram feitos em pequenas peças de argilas. Na Idade Média o método mais significativo foi o das partidas dobradas. Este método foi publicado no século XV, mais especificamente no ano de 1494, quando o frei Luca Pacioli publicou a obra *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita*, composta de 12 tratados, sendo que o Tratado XI conceituava o Método das Partidas Dobradas.

No Brasil a ciência contábil teve o primeiro contato de forma bem menos rudimentar. Ela surgiu pela necessidade de controlar as transações comerciais, após este período ela evoluiu e tornou-se uma profissão regulamentar, com o desenvolvimento de princípios e normas. (GONÇALVES, 2004).

Em 1976 houve a publicação da Lei 6.404, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, ou seja, esta lei foi criada para reger as empresas que possuem capital nas Bolsas de Valores. (BRASIL, 1976).

Em 2007 e 2009 foram publicadas leis para alterarem “a legislação societária no que concerne à apresentação das demonstrações contábeis, visando à convergência às normas internacionais de contabilidade.” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 11).

A ciência contábil sempre foi imprescindível ao homem auxiliando no registro e mensuração de seus bens, constituindo cada vez mais como um importante instrumento de geração de informações voltadas para o processo de tomada de decisão nas empresas.

“As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.” (BRASIL, 2011, p. 7).

As demonstrações contábeis possuem como principais objetivos: fornecer informação da posição patrimonial e financeira, do desempenho e fluxos de caixa das empresas, que sejam úteis aos usuários para tomadas de decisões; apresentar os resultados da administração, levando em conta seus deveres e responsabilidades. (BRASIL, 2011).

E para que esses objetivos sejam alcançados as demonstrações contábeis fornecem informação da entidade no que tange: ao Ativo, ao Passivo, ao Patrimônio Líquido, as Receitas e Despesas, incluindo ganhos e perdas, as alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles, e aos fluxos de caixa. (BRASIL, 2011).

Neste sentido, vale destacar o Balanço Patrimonial que apresenta os registros das contas, sendo de débitos e de créditos e que disciplinam de forma a gerir a igualdade de valores. (SÁ, 2012).

De acordo com Viceconti e Neves (2012) o Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar os elementos financeiros e patrimoniais de uma empresa,

mediante a apresentação das aplicações de recursos ou Ativo e das origens ou Passivo.

As demonstrações contábeis são interpretadas de forma mais clara, por meio, da análise das demonstrações contábeis, sendo que esta análise surgiu junto à origem da própria ciência contábil. (MARION, 2010).

Os indicadores surgiram há aproximadamente 4.000 anos antes de Cristo, quando realizava a análise da variação da riqueza comparando dois inventários em momentos distintos. Entretanto, no final do século XIX que se percebe o uso dos indicadores, quando os banqueiros norte-americanos solicitavam das empresas as demonstrações do Balanço, sendo este, o principal motivo de até hoje conhecer por Análise de Balanços. (MARION, 2010).

O principal motivo da utilização das análises das demonstrações contábeis é a abertura de capital por parte das empresas (*Corporation-S.A.*), o que permite a participação de pequenos ou grandes investidores como acionistas. (MARION, 2010).

Segundo Lima Junior (2007, p. 16) “por meio de uma série de indicadores contábeis, pode-se traduzir os dados apresentados nas demonstrações contábeis de forma simples e prática.”.

Logo, os indicadores constituem técnicas de análises empregadas, cuja característica é fundamental para fornecer uma visão total da situação econômica ou financeira da empresa.

Os indicadores demonstram várias informações, entre elas destacam-se da liquidez e do endividamento.

Em conformidade a Marion (2010) os indicadores ou índices de liquidez são usados para verificar a habilidade de pagamento de empresa, ou seja, são utilizados para averiguar se a empresa consegue pagar todos seus compromissos.

Os índices de liquidez apresentam a situação financeira da entidade, pois confrontam os ativos circulantes e realizável a longo prazo com as dívidas e medem a solidez financeira da empresa.

A aptidão de pagamento segue a três fatores: longo prazo, curto prazo, ou prazo imediato.

Os principais índices de liquidez são: Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Liquidez Imediata.

A Liquidez Corrente também conhecida como Liquidez Comum, possui a função de demonstrar a capacidade de pagamento da empresa, em curto prazo. (MARION, 2010).

A fórmula utilizada para encontrar tal indicador é o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante.

É necessário observar que este índice não revela a qualidade dos itens no Ativo Circulante; o índice não demonstrar a relação entre recebimentos e pagamentos, ou seja, não é possível medir se os recebimentos ocorreram a tempo de pagar as dívidas e que os valores dos estoques estão a custos históricos e o valor de venda é a preço de mercado. (MARION, 2010).

Logo se percebe que a Liquidez Corrente, neste ponto, será sempre pessimista, uma vez que os estoques são realizado a preço de mercado e não de custo.

A liquidez Seca permite estimar uma situação de estagnação ou paralisação das vendas. (MARION, 2010). Neste caso o referido índice mostrará se a empresa possui condições de pagar as dívidas de curto prazo apenas com os valores do disponível e contas a receber em curto prazo.

Segundo Matarazzo (1995, p. 179) “este índice é um teste de força aplicado à empresa; visa medir o grau de excelência da sua situação financeira.”.

Marion (2010) ressalta que nem toda vez que este índice é baixo é porque a situação financeira da instituição é ruim. Para cada segmento é necessário realizar a comparação de indicadores do mesmo segmento operacional, ou seja, índice padrão.

Então, se o indicador ficar abaixo dos limites definidos no segmento, pode ser caso de dificuldade de liquidez, mas raramente essa conclusão ocorrerá se a liquidez corrente for satisfatória. (MATARAZZO, 1995).

É fundamental lembrar que somente pode fixar um limite quando o analista possui grande vivência e notório saber do ramo de atividades. (MATARAZZO, 1995).

Este como os demais índices não deve ser avaliado sozinho, pois se for feito isto, pode incorrer num erro grave, que poderá levar a empresa de uma situação confortável para a uma situação complicada.

Em conformidade a Marion (2010) este índice é bastante conservador, quando deseja verificar a situação financeira da entidade.

Portanto, a fórmula para encontrar este indicador é: Ativo Circulante menos o Estoque dividido pelo Passivo Circulante.

O indicador de Liquidez Geral possui a finalidade de demonstrar a capacidade de pagamento da entidade a longo prazo, levando, em consideração, que ela converterá em dinheiro, a curto prazo e relacionando com tudo o que já assumiu como dívida (MARION, 2010).

Este indicador é “empobrecido”, devido às divergências de datas em receber ou pagar, quando a avaliação se estende a períodos longos. (MARION, 2010).

Entretanto este indicador poderá ser enriquecido, mediante, uma avaliação de vários anos. Logo, se a entidade apresenta uma série de crescimento deste índice ele será útil, pois pode depreender a perda paulatina de pagamento da instituição. (MARION, 2010).

A fórmula para tal indicador é encontrada mediante a soma do Ativo Circulante e do Realizável a Longo Prazo divididos pelo Passivo Circulante somado ao Exigível a Longo Prazo.

Portanto, a Liquidez Geral, é a liquidez financeira da entidade.

A liquidez imediata permite visualizar a capacidade de pagamento da empresa, na forma, imediata. (MARION, 2010).

Em conformidade a Marion (2010) este indicador para efeitos de análise não possui muita importância, pois faz-se a relação de dinheiro disponível com dívidas de prazos variados.

As instituições devem manter os limites de segurança, não desejando, obter altos índices, pois dinheiro parado é dinheiro perdido, uma vez que ele perde poder aquisitivo, com a inflação. Por outro lado, constantes e crescentes atrasos no pagamento a fornecedor, demonstram as dificuldades financeiras. (MARION, 2010).

O presente indicador é encontrado dividindo as disponibilidades, compostas de: caixa, banco e aplicações a curtíssimo prazo pelo Passivo Circulante.

Os ativos são financiados pelos capitais de terceiros, que são compostos de capital de terceiro - Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e pelos capitais próprios - Patrimônio Líquido, sendo assim, estes são as fontes ou origens dos recursos.

Os indicadores de endividamento informam se a entidade possui mais recursos próprios ou de terceiros; se os recursos de terceiros possui vencimento até o fim do exercício subsequente (Passivo Circulante), ou após este prazo (Passivo Não Circulante) e como que foi realizada a imobilização do Patrimônio Líquido. (MARION, 2010).

Segundo Marion (2010, p. 93) “é do conhecimento de todos que, nos últimos anos, tem sido crescente o endividamento das empresas. Este fenômeno é mais mundial que brasileiro.”.

Segundo Marion (2010) o endividamento das empresas, ou seja, os capitais de terceiros são de 51%, no ano de 2010.

Em épocas inflacionárias trabalhar com o capital de terceiro, principalmente, aqueles que não geram juros para a empresa, ou geram juros baixos é melhor. Os principais recursos são: fornecedores, impostos, encargos sociais a pagar. (MARION, 2010).

Entretanto, o uso demasiado de capital de terceiros em relação ao capital dos sócios deixa a entidade sujeita a qualquer contra tempo. As instituições financeiras não possuem o hábito de fornecer empréstimos as empresas com condições financeiras baixas, e a maioria das empresas que não conseguem se manter no mercado apresentam altos índices de endividamento. (MARION, 2010).

As empresas necessitam ter uma boa qualidade de dívida, ou seja, possuir a maioria das dívidas a longo prazo, pois assim, a entidade terá maior tempo para pagar seus compromissos. (MARION, 2010).

Quando o endividamento se concentra no passivo circulante, a empresa poderá ter maiores dificuldades num momento de reversão do mercado, e num momento de crises, as principais alternativas são: vender seus estoques a qualquer preço e recorrer a empréstimos de curto prazo e com juros exorbitantes. (MARION, 2010).

De acordo com Marion (2010) os juros de empréstimos a curto prazo são mais onerosos, e quando a entidade possui esta concentração de dívidas a qualidade não é boa. Entretanto, se a empresa possui o equilíbrio entre o curto e longo prazo a qualidade é melhor.

Os principais indicadores de endividamento são: Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais, Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização dos Recursos não Correntes.

O indicador de participação de capitais de terceiros sobre recursos totais indica a quantidade de capital de terceiros em relação ao passivo da empresa, ou seja, são as dívidas que a empresa possui com terceiros. A fórmula é a divisão de capitais de terceiros pelo Passivo total.. (MATARAZZO, 1995).

Segundo Matarazzo (1995, p. 159) “quanto menor, melhor.”. Entretanto este indicador pode ser maior, desde que não afete em grandes proporções os valores financeiros da empresa, com os encargos.

O índice de garantia do capital próprio ao capital de terceiros possui a função de demonstrar quanto que a entidade possui de capital próprio para financiar o capital de terceiros.

Este indicador é encontrado pela divisão do Patrimônio Líquido pelos capitais de terceiros.

O indicador de composição do endividamento mede a participação das obrigações de curto prazo em relação as obrigações totais, o melhor resultado deste é indicador é ele ser menor. (MATARAZZO, 1995).

“Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo; [...]; outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois ai a empresa dispõe de tempo para gerar recursos[...]”.(MATARAZZO, 1995, p. 162).

Logo, este indicador é encontrado pelo quociente do Passivo Circulante pelo capital de terceiros (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante).

O indicador de imobilização do Patrimônio Líquido permite verificar o quanto do Patrimônio Líquido da entidade está integralizado no Ativo Permanente, ou seja, permite verificar qual a maior ênfase da empresa.

Em conformidade a Matarazzo (1995) quanto mais à empresa investir no Ativo Imobilizado menor serão os recursos pertencentes aos sócios que poderão ser usados para investimento no Ativo Circulante, sendo maior a dependência de capitais de terceiros para financiar o Ativo Circulante.

Para que uma empresa tenha uma situação saudável é preciso que seu Patrimônio Líquido cubra o Ativo Permanente e haja sobra de Capital Circulante Próprio, com a finalidade de financiar o Ativo Circulante. (MATARAZZO, 1995).

A fórmula para encontrar este indicador é o Ativo Imobilizado dividido pelo Patrimônio Líquido.

O Ativo Imobilizado tem bens com vida útil que varia de 2 a 50 anos, logo, não é necessário financiar todo o imobilizado com recursos próprios. Então, pode-se usar os recursos de longo prazo para tal tarefa, mas desde que este imobilizado gere recursos para a entidade pagar as dívidas. (MATARAZZO, 1995).

Para Matarazzo (1995, p. 166) “uma consideração importante é que este índice não deve em regra ser superior a 100%. Ainda que a empresa quase tenha necessidade de Ativo Circulante [...] deve sempre existir um pequeno excesso de Recursos não Correntes [...]”.

A fórmula de calcular o indicador de imobilização dos recursos não correntes é o Ativo Permanente dividido pela soma do Patrimônio Líquido e do Exigível a Longo Prazo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

No que refere ao tipo de pesquisa, esse trabalho se caracterizou por uma pesquisa de cunho bibliográfico. Segundo Marconi (2002), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia publicada referente ao tema de estudo, desde publicações avulsas até revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros. Seu desígnio incide em colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que está escrito sobre determinado tema.

No tocante à abordagem, a pesquisa foi quantitativa. A pesquisa qualitativa “proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema, já a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística.” (MALHOTRA, 2001, p. 155). Buscou-se quantificar os dados alcançados nos Balanços e atualizados utilizando o software Excel.

Quanto aos meios, a pesquisa foi um estudo de caso, pois analisou a situação de liquidez e endividamento da empresa Renar Maçãs S/A.

Para Roesch (1999, p. 201), certos aspectos caracterizam o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que “[...] permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro do seu contexto; é especialmente adequado ao estudo de processos e explora certos fenômenos com base em vários ângulos.”.

De acordo com Collis e Hussey (2005, p. 72), “um estudo de caso é um exame extensivo de um único exemplo de um fenômeno de interesse e é também um exemplo de uma metodologia fenomenológica.”.

O estudo de caso permite o ser humano conhecer de forma mais aprofundada sobre fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo e que gera uma análise atenciosa dos eventos da vida real. (YIN, 2005).

Os dados foram coletados junto ao site da Bolsa de Valores BM&F Bovespa. Primeiramente transportou os dados do referido site para o software Excel,

após atualizou os dados em conformidade com o Índice Geral de Preços Médios (IGPM), em seguida fez os ajustes necessários no Balanço, conforme definidos pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. E por fim realizou os cálculos dos indicadores utilizados no trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procedeu-se inicialmente a apresentação dos resultados de liquidez da empresa Renar Maçãs S.A.

4.1 Resultados dos Indicadores de Liquidez

Os resultados da liquidez são apresentados nas tabelas de 1 a 4.

Tabela 01 - Índices de Liquidez Corrente

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,80	R\$ 0,89	R\$ 0,85	R\$ 1,04	R\$ 0,80	R\$ 0,44

Fonte: Pesquisa dos autores.

Em conformidade a tabela 1 percebe-se que o índice de liquidez corrente da empresa Renar Maçãs S/A no período analisado não é constante. No ano de 2013 é o ano que ele é menor (R\$ 0,44), ou seja, para cada um real de Passivo Circulante a empresa possui R\$ 0,44 de Ativo Circulante. No ano de 2011 é que este índice é o maior (R\$ 1,04), logo, para cada um real de Passivo Circulante a entidade possui R\$ 1,04 de Ativo Circulante.

Portanto, verifica que a empresa neste indicador possui altas e baixas, então, entende-se que a entidade não possui capacidade em pagar os valores de curto prazo apenas com recursos do Ativo Circulante, sendo necessário recorrer aos Ativos não Circulantes.

É imprescindível um estudo qualitativo que analisará o motivo de 2013 ter um valor tão inferior aos demais anos.

Tabela 2 - Índice de Liquidez Seca

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,48	R\$ 0,50	R\$ 0,59	R\$ 0,52	R\$ 0,53	R\$ 0,21

Fonte: Pesquisa dos autores.

Em conformidade a tabela 2 verifica-se que a liquidez seca apresentou o menor valor no ano de 2013 (R\$ 0,21), ou seja, para cada um real de passivo circulante a entidade possui R\$ 0,21 de Ativo Circulante sem a participação dos estoques. O maior ano do indicador é em 2010 (R\$ 0,59).

Portanto, este indicador demonstra que a Renar Maçãs S/A possui dificuldades de pagamento, pois a Liquidez Corrente não é satisfatória, conforme definido por Matarazzo (1995).

Quando analisa as tabelas 1 e 2 juntas, percebe-se que no ano de 2011 a empresa Renar Maçãs S/A possuía muitos estoques, pois na primeira tabela encontra-se o valor de R\$ 1,04 e na segunda tabela R\$ 0,52, logo verifica que a metade do Ativo Circulante da empresa era constituída de estoque. A adoção deste critério é perigosa, pois se houver uma estagnação a empresa poderá ter dificuldades em arcar com suas dívidas de curto prazo.

Tabela 3 - Índice de Liquidez Geral

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,52	R\$ 0,66	R\$ 1,10	R\$ 1,37	R\$ 1,12	R\$ 0,69

Fonte: Pesquisa dos autores.

Em conformidade a tabela 3 percebe-se que a maior Liquidez Geral da entidade foi no ano de 2011 (R\$ 1,37), ou seja, que para cada R\$ 1,00 de dívida de Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo a entidade possui R\$ 1,37 de Ativo Circulante e Ativo Realizável a Longo Prazo, ou seja, a empresa possui folga financeira das aplicações para cobrir os recursos.

Percebe-se que o ano de 2008 houve o menor valor deste indicador, logo verifica que as aplicações da empresa eram maiores no imobilizado e nos investimentos.

Este indicador de 2008 a 2011 manteve-se em ascensão, mas houve decréscimo nos anos seguintes, é interessante observar este indicador, com a finalidade de averiguar qual será seu comportamento em períodos subsequentes.

Tabela 4 - Índice Liquidez Imediata

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,01	R\$ 0,06	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,02

Fonte: Pesquisa dos autores.

Na tabela 4 verifica-se que a Liquidez Imediata da empresa é baixa, sendo que nos anos 2008, 2010 a 2012, este valor é R\$ 0,01, ou seja, que para cada um R\$ 1,00 de Passivo Circulante a entidade possui apenas R\$ 0,01 de disponibilidades.

O ano de 2009 apresentou o maior valor (R\$ 0,06), logo se percebe que as disponibilidades da empresa foram maiores, devido a dois fatores: o primeiro foi à venda de imobilizados (para averiguar se isto ocorre é necessário a verificação por meio de outros indicadores, tais como a análise vertical e horizontal) e o segundo é a utilização de capitais de terceiros para aumentar as disponibilidades (fato que se percebe na tabela 5, em que verifica aumento na participação dos capitais de terceiros).

4.2 Resultados dos Indicadores de Endividamento

Os resultados de endividamento são apresentados nas tabelas de 5 a 9.

Tabela 5 - Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,52	R\$ 0,50	R\$ 0,60	R\$ 0,65	R\$ 0,75	R\$ 0,69

Fonte: Pesquisa dos autores.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 5 verifica-se que a Participação dos Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais apresenta maior valor no ano de 2012 (R\$ 0,75), ou seja, que para cada R\$ 1,00 de dívida da empresa, R\$

0,75 é com terceiros. Seguindo o definido por Matarazzo (1995) este é o pior valor, pois segundo ele quanto menor for o indicador melhor.

O ano de 2009 tem o menor indicador (R\$ 0,50), ou seja, que metade do capital da empresa deriva de recursos de terceiros.

Logo, verifica que a empresa mantém uma tendência de crescimento deste índice a partir do ano de 2009, ou seja, que ela recorrer mais ao capital de terceiros que ao capital próprio. Seguindo a definição de Marion (2010), verifica que as empresas a partir do ano de 2010 mantêm mais de 51% de capital de terceiros.

A entidade terá que averiguar se os índices de juros sobre capitais próprios estão melhores ou piores que o valor exigido pelos acionistas, se estiver poderá utilizar recursos de terceiros, mas se este valor for pior é aconselhável abrir mais capital para os acionistas.

Tabela 6 - Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,94	R\$ 0,99	R\$ 0,67	R\$ 0,53	R\$ 0,33	R\$ 0,52

Fonte: Pesquisa dos autores.

Na tabela 6 percebe-se que a entidade possui melhor valor para o ano de 2009, uma vez que para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa possui R\$ 0,99 de capital próprio.

Em 2012 verifica o pior indicador (R\$ 0,33), ou seja, que o capital próprio representa apenas 1/3 do total do passivo da entidade, sendo ela financiada por capitais de terceiros, fato que percebe na tabela 5, quando verifica o aumento da Participação de Capital de Terceiros em relação ao Capital Próprio.

Então, a partir de 2009 verifica que a entidade apresenta queda neste indicador.

Tabela 7 - Composição de Endividamento

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 0,60	R\$ 0,58	R\$ 0,41	R\$ 0,39	R\$ 0,47	R\$ 0,47

Fonte: Pesquisa dos autores.

Na composição do endividamento da empresa, percebe-se pela tabela 7 que na maioria dos períodos a empresa possui mais capital de terceiros a longo prazo que a curto prazo, pois apenas nos de 2008 e 2009 que a entidade possuía maior valor para o Passivo Circulante, sendo R\$ 0,60 e R\$ 0,58, respectivamente.

De acordo com os dados averigua que de 2008 até 2011 a empresa apresenta queda neste indicador, ou seja, que ela deu maior ênfase nos recursos de longos prazos, sendo os considerados melhores pelos autores, tais como Matarazzo (1995) e Marion (2010).

Tabela 8 – Imobilização do Patrimônio Líquido

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 1,51	R\$ 1,35	R\$ 1,19	R\$ 1,20	R\$ 1,42	R\$ 0,91

Fonte: Pesquisa dos autores.

Os dados apresentados na tabela 8 permitem verificar que a imobilização da empresa Renar Maçãs S/A ao longo do período analisado teve quedas consecutivas entre 2008 e 2010, uma leve recuperação em 2011 e 2012 e uma queda brusca em 2013.

Então é possível verificar que a empresa necessita de capital de terceiro, uma vez que seu capital próprio está investido no permanente da empresa, logo a entidade não tem Capital Circulante Próprio, apenas o capital investido no imobilizado.

A empresa, portanto, não tem liberdade necessária para gerir seus negócios sem recorrer aos capitais de terceiros.

Tabela 9 – Imobilização dos Recursos não Correntes

2008	2009	2010	2011	2012	2013
R\$ 1,05	R\$ 0,95	R\$ 0,91	R\$ 0,81	R\$ 0,68	R\$ 0,48

Fonte: Pesquisa dos autores.

Em conformidade com os dados da tabela 9 é possível verificar que a empresa apenas no ano de 2008 (1,05) não segue o recomendado por Matarazzo (1995), que é o valor inferior a 100% ou 1,0.

Nos demais anos a empresa atendeu ao requisito, sendo o menor ano em 2013, logo percebe-se que neste ano os valores do Ativo Imobilizado são menores, não tendo grande participação na imobilização se comparado aos demais anos no que tange ao capital próprio e ao capital exigível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de averiguar a situação de liquidez e endividamento da empresa Renar Maçãs S/A, listada no segmento de agropecuária da Bolsa de Valores BM&F.

O artigo utilizou dos dados do Balanço Patrimonial da entidade, no lapso temporal de 2008 a 2013. Os valores da demonstração contábil foram atualizados a valor presente, pelo índice de IGP-M, e após procedeu aos ajustes necessários nos balanços para os cálculos dos indicadores.

Os resultados de liquidez apresentaram que a entidade tem uma liquidez corrente considerada fraca, pois na maioria dos anos seu Ativo Circulante não consegue cobrir o Passivo Circulante, logo, percebe-se que a entidade possui suas aplicações realizadas no imobilizado.

A liquidez imediata da empresa é péssima, pois em todos os anos ela foi extremamente baixa, sendo que o valor com maior frequência (R\$ 0,01), ocorrendo o valor (R\$ 0,06) apenas no ano de 2009.

A liquidez seca da empresa é média, pois em todos os anos seus valores representam em torno da metade. O melhor ano é em 2010, quando a empresa apresenta o índice de (R\$ 0,59).

Numa visão geral percebe-se que a entidade tem uma boa liquidação geral, pois em 3 anos: 2010 a 2012, seus indicadores são superiores a 1, ou seja,

que para cada um real de dívida do exigível da empresa ela possui valor no Ativo Circulante e no realizável para cobrir as dívidas e ter restos.

Então, percebe que a situação financeira da empresa está em melhora, pois seus indicadores de liquidez geral estão crescendo. Sendo assim, mesmo que a empresa apresente situações péssimas na liquidez imediata e situações razoáveis nas liquidações corrente e seca é possível verificar que a entidade tem situação financeira saudável.

Os índices de endividamento demonstram que a entidade a partir de 2009 apresentou constantes aumentos na Participação de Capital de Terceiros em relação ao Passivo, logo os capitais próprios para cobrir os de terceiros diminuem, conforme apresentado na tabela 2.

E dos valores dos capitais de terceiros percebe-se que a entidade está melhorando, no sentido, de buscar mais capital a longo prazo que a curto.

Portanto, percebe-se que a empresa Renar Maçãs S/A aumentou a utilização de recursos de terceiros devido, principalmente, a crise financeira de 2008, e que para conseguir suprir suas necessidades ela recorreu a investimentos de longo prazo. A crise também impactou nos estoques, pois a empresa vendeu menos, tendo, portanto, uma estagnação, principalmente nos anos de 2009 a 2011.

Para futuras pesquisas recomenda-se avaliar por outros métodos, tais como: análise vertical e análise horizontal; indicadores de rentabilidade. É interessante também avaliar todas as empresas do segmento para fazer a comparação entre empresas. Pode-se, ainda, avaliar outras demonstrações, tais como: Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Agregado e Demonstração do Fluxo de Caixa.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria de Fátima Pires; OLIVEIRA, Celso Romário. **As modificações ocorridas no Balanço Patrimonial segundo a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.** 2009. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade Sudamérica, Cataguases (MG), 2009.

BRASIL, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, Edição Extra, p. 2. 2007.

_____. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Alterada pela Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009. Alterada pela Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 2009. Seção 1, p. 1.

_____. Resolução CFC N.º 1.376/11 - Altera a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a ITG 01 – Contratos de Concessão. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2011. Seção 1, p. 1.

COLLIS J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

FAVERO, Hamilton Luiz *et al.*. **Contabilidade: Teoria e Prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Gilmar Francisco Gomes. **História, evolução da Contabilidade no Brasil e sua importância no mundo dos negócios**. 2004. 53 f. Monografia (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade - Instituto de Ensino Superior de João Monlevade, João Monlevade, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopéia de sua Evolução**. **R. Cont. Fin. – USP**, São Paulo, n. 38, p. 7 – 19, Maio/Ago., 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.*. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA JUNIOR, Reinaldo de. **Análise das Demonstrações Contábeis dos Municípios do Estado de Santa Catarina: Uma Aplicação da Técnica Estatística Análise das Componentes Principais**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau - Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Blumenau (SC), 2007. Disponível em: <[proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2008-03-31T125645Z-379/Publico/Diss Reinaldo de Lima Junior.pdf](http://proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2008-03-31T125645Z-379/Publico/Diss_Reinaldo_de_Lima_Junior.pdf)>. Acesso em: 16 ago 2013.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade Empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PEREIRA, Maria Luisa S. de S. Sanabio; PEREIRA, Adalberto G. **Teste de Recuperabilidade de Ativos: Análise da conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 36 e do CPC 01 (R1)**. 2011. 79 f. Trabalho Científico (Prêmio Transparência Universitário) – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), Belo Horizonte, 2009.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisas em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Trad. Daniel Grassi.